

ENTREVISTA A JOSÉ LUIZ BRAGA

Midiatização e interação

A parte e o todo

Mediatización e interacción

La parte y el todo

Mediatization and Interaction

The Part and the Whole

DOI: <https://doi.org/10.18861/ic.2026.21.1.4516>

▶ POR MARIO CARLÓN

mariocarl895@gmail.com - Cidade Autônoma de Buenos Aires - Seminário (REDE) Internacional de Pesquisa em Midiatização e Processos Sociais, Brasil. / Instituto Gino Germani, Universidad de Buenos Aires, Argentina.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5303-1308>

▶ POR JAIRO FERREIRA

jairoferrei@gmail.com - Santa Maria - Salvador - Seminário (REDE) Internacional de Pesquisa em Midiatização e Processos Sociais, Brasil. / Universidade Federal de Santa Maria, Brasil. / Universidade Federal da Bahia, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-0197-5412>

▶ POR GUILLERMO OLIVERA

golivera1000@aol.com - Amsterdam - Seminário (REDE) Internacional de Pesquisa em Midiatização e Processos Sociais, Brasil. / University of Amsterdam, Países Baixos.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3293-4269>

COMO CITAR: Carlón, M., Ferreira, J. & Olivera, G. (2026). Entrevista a José Luiz Braga. Midiatização e interação. A parte e o todo. *InMediaciones de la Comunicación*, 21(1). <https://doi.org/10.18861/ic.2026.21.1.4516>

JANEIRO - JUNHO 2026

INMEDIACIONES

José Luiz Braga, uma das principais figuras de referência na investigação em comunicação no Brasil, obteve o seu doutoramento na Université Paris 2 Panthéon-Assas em 1984 e integrou o mesmo ambiente de investigação francês onde se formaram Antônio Fausto Neto (que se doutorou em ciências sociais na École des Hautes Études em 1982), Eliseo Verón (que se doutorou em Lingüística pela Université Paris 8 Vincennes-Saint-Denis em 1985) e Muniz Sodré (que realizou estudos de pós-graduação e pós-doutorado na Université Sorbonne), entre outras figuras de referência académica da América Latina.

Marcado por uma sólida formação baseada em perspectivas interacionistas e de construção social do conhecimento, o que o levou a um rápido distanciamento do estruturalismo francês, Braga contribuiu para a fundação, no Brasil, da Associação Nacional de Pesquisas em Comunicação em 1991 e questionou –de forma sempre atualizada– a distinção entre as investigações em comunicação herdadas das ciências sociais (sociologia, antropologia, economia política), das teorias da linguagem (correntes do discurso e das teorias do signo) e dos estudos informacionais marcados pela cibernética, tendo como interlocutores outros destacados investigadores brasileiros como o já mencionado Sodré, Wilson Gomes, Ciro Marcondes Filho, Luiz Signates e Lucrécia Ferrara, entre outros.

Neste diálogo com *InMediaciones de la Comunicación*, Braga retoma uma das questões centrais que marcaram as suas investigações –a questão sobre o que é a comunicação– e reflete sobre as formas como a sua obra se relacionou com os estudos sobre midiatização.

MARIO CARLÓN (M.C.), JAIRO FERREIRA (J.F.) & GUILLERMO OLIVERA (G.O.): No texto “O desafio da interação humana e os processadores comunicacionais” (Braga, 2023), desdobra uma questão forte em tua produção bibliográfica: as interações. Isso implicaria contrapor os dois enfoques, “interação” versus “midiatização”? Como articular o conceito reconhecido no Brasil de “midiatização como processo interacional de referência”, de 2007 (Braga, 2007), e a atual abordagem que desenvolves sobre os processos comunicacionais no artigo de 2023?

(J.L.B.): Não há contraposição, apenas uma distinção entre “a parte e o todo”. Em minha proposição de 2007, destaco que o aspecto propriamente comunicacional da midiatização é ser um relevante processo *interacional*, a ponto de se tornar referência. O que não implica excluir outros aspectos nem descartar variações. Desde 2001, pelo menos, considero que nossa apreensão da comunicação humana não pode se restringir a uma essência caracterizadora (que excluiria tudo o que não se define por essa essencialidade), nem deve se restringir a um setor apenas das atividades sociais, como as mídias. A apreensão deve, diversamente, ser expandida a todo o agir entre seres humanos, a todos os processos que impliquem a interação e suas tentativas. Além disso,

não se deve restringir as tentativas à busca de consenso.

No artigo de 2022, “Comunicação como trabalho da diversidade” (Braga, 2022b), observo, como ponto de partida, a grande diversidade dos seres humanos, no nível individual. Percebo, para além dessa diversidade (de atitudes, de ritmos, de preferências, de gestos, de focos de atenção, de processos aprendidos), o fato de que somos *diversificadores*. Diante de uma gama muitíssimo abrangente de contextos diferentes (naturais e sociais), *somos mudados e mudamos o mundo*. A força da diversificação aparece no trabalho conjunto da espécie, nos processos que reúnem e compõem as diferentes singularidades, gerando competências sociais mais abrangentes e diversificadas. O indivíduo isolado encontra limites para o enfrentamento da diversidade contextual. Com isso, a sobrevivência humana (e sua competência de adaptação do ambiente) se torna inarredavelmente relacionada com nossa capacidade de compor a diversidade de participantes singulares em qualquer situação interacional (conceito que estou trabalhando em minha pesquisa).

A comunicação é, em seu aspecto mais elementar e abrangente, todo e qualquer processo que envolva o trabalho de fazer interagir a diversidade humana no esforço de atender ou de enfrentar requisitos da natureza, dos contextos pertinentes e da própria diversidade dos participantes. Uma base conceitual relevante que dá sustentação a essa perspectiva é a seguinte proposição de Hannah Arendt (2018), que defende que a pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem a dupla configuração da igualdade e da diferença. “Se os seres humanos não fossem diferentes, cada um distinto de qualquer outro que é, foi ou será, não precisariam de discurso ou de ação para se fazerem compreender (p. 175).

Isso implica uma extraordinária diversidade de gestos e de processos comunicacionais a que se deve dar atenção. Não surpreende a dispersão dos conhecimentos comunicacionais, que observamos desde que o campo científico começou a se preocupar com tais questões no século XX. Dispersão que, inicialmente, se deu entre diversas disciplinas humanas e sociais, a ponto de se pretender caracterizar os estudos comunicacionais como inerentemente “interdisciplinares”. Mas se pensamos os estudos comunicacionais com potencial para constituir um campo próprio de conhecimento (como é minha preferência), devemos enfrentar a dispersão sem abdicar da diversidade dos processos de comunicação na própria sociedade, inclusive acolhendo as descobertas feitas em outras disciplinas.



Nesse sentido, deve ser possível reunir os mais diversos conhecimentos pela constituição de um eixo explicitamente comunicacional. É para esse nível abrangente que, na linha de pesquisa “Midiatização e Processos Sociais” da Universidade de Vale do Rio dos Sinos (Brasil), sempre direcionei meus estudos e reflexões teóricas. Vejo a midiatização pelo ângulo em que se exerce como processo interacional. Processo este que, ao longo do século XX, se instalou como referência relevante para compreendermos transformações –de recorte comunicacional– ocorrentes na sociedade. A interação social (o agir em comum entre participantes que articulam suas singularidades) não é apenas o âmbito geral de ocorrência de processos comunicacionais, mas também e sobretudo um processo que, ao ocorrer, leva a uma diversificação dinâmica entre seus participantes.

É claro que nessas investigações anteriores ainda não tinha elaborado as propostas que apresento no artigo de 2023. Mas ao propor essa perspectiva, posso assegurar que a precisão agora indicada não implica um redirecionamento das ideias. A midiatização se apresenta hoje (mais que no século XX) com uma particular relevância no que se refere aos trabalhos da sociedade e de seus participantes, em todas as suas instâncias, para articular a diversidade humana.

Dentre as inumeráveis situações, contextos e circunstâncias em que as interações se desenvolvem –do diálogo entre duas pessoas até atividades de grandes grupos, passando pela composição de organizações estruturadas e de instituições de ordem pública ou privada– a comunicação que envolve as mídias como processadores mostra uma incidência especial na dinâmica social. Mencionei algumas razões dessa relevância no artigo “Constituição do Campo da Comunicação” (Braga, 2011), e certamente hoje poderíamos acrescentar muitas outras.

Mas é preciso sublinhar que a midiatização não é apenas consequência da invenção tecnológica e das macroorganizações empresariais, mas também implica uma invenção coletiva de usos e práticas experimentais que, por sua vez, orientam o desenvolvimento tecnológico. A midiatização é, assim, uma atividade em processo, diretamente na práxis social. Entende-se o interesse que os campos sociológico, político, econômico, linguístico e jurídico dedicam a tais questões. Ao lado disso, reiterando minha convicção sobre a relevância dos *processos comunicacionais*, continuo a considerar que a midiatização e seus processos exigem uma perspectiva propriamente comunicacional, que vai além das questões sociológicas, políticas e econômicas.

É nessa perspectiva que enfatizo os meios tecnológicos como *processadores de comunicação* (entre outros tipos muito diversos de processadores); assim como percebo as perspectivas pelas quais a comunicação é não apenas usuária, mas também –e de modo relevante– *geradora de processos sociais de midiatização*, orientando o uso das mídias para objetivos interacionais da sociedade. Os próprios processadores são socialmente inventados como parte do

trabalho comunicacional de articular singularidades. Com isso, posso dizer que minha atual abordagem, longe de uma contraposição, sugere que – para podermos oferecer contribuições de conhecimento comunicacional aos estudos da midiática – devemos intensificar sua inscrição em uma perspectiva mais abrangente do comunicacional: as situações interacionais em geral.

M.C., J.F. & G.O.: A proposta de enfatizar os “processadores comunicacionais”, na perspectiva que vem elaborando, implica deixar de lado a vinculação entre processos sociais e midiática? Nessa perspectiva, qual o sentido do conceito de “processadores” e o que seu acionamento pode oferecer sobre o conhecimento comunicacional?

J.L.B.: Começo pela segunda pergunta, que deve dar base para esclarecer a primeira parte da questão. A interação humana (o agir em conjunto entre participantes sociais) basicamente requer que as pessoas – diversas entre si, em suas ações – consigam se comunicar, apesar de suas diferenças. A espécie humana ultrapassa as disposições do instinto (tendência gregária, ataque e fuga, busca conjunta de alimentos, exercício da força física) passando a depender intensamente da comunicação para poder interagir. Precisamos, assim, de *bases processuais estabelecidas* para favorecer essa comunicação, ou seja, de estruturas socialmente constituídas que estejam disponíveis conforme as necessidades. O que parece ser a base original é a linguagem oral (que pode ter-se iniciado por sons onomatopáicos apoiados em gestos). Ou seja, a linguagem oral é uma dessas bases processuais – um processador – altamente eficaz e que permitiu grandes avanços civilizacionais da espécie. É fácil reconhecer, também, a escrita como um processador importante da comunicação humana.

Entretanto, o conhecimento humano não parece ter distinguido claramente esse aspecto geral, transversal a diversas situações: viabilizar, pela comunicação, a interação entre as pessoas. As possibilidades ativas das linguagens foram sempre referidas às diferentes ações específicas exercidas: argumentar, debater, deliberar, ensinar, convencer; ou seja: como vinculadas *a este ou àquele modo* de interagir, sem dar atenção ao conjunto geral.

É evidente, no mesmo sentido, que invenções adicionais – imagem fotográfica, rádio, televisão, videogravações – são processadores comunicacionais. Com esses meios, pela primeira vez foram percebidos problemas *de comunicação* nesse sentido transversal. O rádio e a TV surgem, à época de sua invenção, como um corpo estranho, muito menos definido em seus processos – os problemas decorrentes de sua incidência sobre o instituído foram caracterizados como “comunicacionais”. A expressão “comunicação” (e, com o rádio e a televisão, “comunicação de massa”) se tornou satisfatória para a referência porque genérica e de longo uso no senso comum – sem especificar objetivos interacionais muito definidos. As mídias (a expressão se generalizou, pois permite apanhar toda a diversidade tecnológica, do rádio aos algoritmos e

à inteligência artificial (IA), eventualmente incluindo suas “linguagens”) são, então, processadores.

A palavra “processador” permite referir o conjunto completo, incluindo a linguagem oral, a escrita, as línguas gestuais. Temos outros tipos de processadores: as estratégias inventadas para especificar modos de interagir: linguagem jurídica, burocrática, poética; deliberação, argumentação. As estratégias fazem reconhecer objetivos práticos, favorecendo o encaminhamento da interação. E ainda outros processadores: os ambientes, contextos interacionais, como a sala de aula, uma assembleia, um jantar de negócios, um tribunal, a mesa de bar. Tais ambientes funcionam como processadores de ordem cultural para as interações que aí ocorrem.

Conhecemos a proposição de considerar todo esse conjunto abrangente como “meios de comunicação” –que creio resultar da mesma preocupação, de ampliar o foco de atenção, já que não só as mídias tecnológicas fornecem base para a comunicação. Há um problema, porém, no uso da palavra “meios” para essa ampliação, porque concentra todos os processadores em torno da mídia tecnológica, criando uma ilusão de centralidade “lógica” desta, quando essa centralidade é histórico-circunstancial. Ao mesmo tempo, estimula uma abordagem da questão por um assemelhamento do conjunto (“tudo é mídia”), diminuindo a *variação processual*, e enfatizando a medialidade, um aspecto que não é tão geral assim. E ainda: se tudo é mídia, todos os processos sociais são “midiatização” –e se perde uma distinção relevante.

O que faz, então, a palavra “processador”? Reúne o conjunto sob o foco de uma ação básica – todos *processam comunicação*. Essa percepção leva à pergunta: “Processam *como*?” –o que estimula observar a *diversidade* de processos, as especificidades ocorrentes em seu uso. Se as mídias são processadores de interação social, fica claro que constatar e dar atenção ao conjunto geral não implica restrição a esse relevante subconjunto envolvido na midiatização da sociedade, nem desvincula a midiatização dos processos sociais.

Ao mesmo tempo, sem abdicarmos do subconjunto, que continua caracterizado por sua denominação já tradicional de “midiatização”, podemos buscar suas especificidades para além de “incidir sobre instituições da sociedade” e sobre outros processos comunicacionais. Além disso, devemos reconhecer que a midiatização é também resultante do próprio trabalho da comunicação enquanto tentativa de articular pessoas, grupos, necessidades e singularidades sociais –o que reforça seu vínculo necessário com os demais processos sociais.

A discussão, nestes termos, *do processamento interacional* exercido pelas mídias se torna, na verdade, mais complexa, sugerindo questões rigorosas para o conhecimento: a) Que processos tal processador (específico) viabiliza realizar? b) Como os participantes sociais o acionam, em que direções, com que objetivos, com que consequências no próprio desenho do processador? c)

Como esse processador se articula com outros processadores, levando a quais composições (de ponderação variada conforme os usos)?

Considerando que os processadores são acionados para uma diversidade de objetivos, podemos observar essa diversidade, assim como estar atentos a acionamentos pouco éticos, opressivos ou em qualquer outro tipo de desvio (sempre sem perder de vista as especificidades do processador em uso). Assim como podemos distinguir comparativamente as mídias e outros processadores, é produtivo também sublinhar diversidades internas do subconjunto mídias e suas midiatisações variáveis: em primeiro lugar, observando o estágio de desenvolvimento e estabilização em que uma determinada mídia se encontra; por outro lado, distinguindo lógicas interacionais específicas, e o que estas viabilizam (e, portanto, os processos sociais em causa); finalmente, para além das funcionalidades tecnológicas específicas, observando acionamentos diversos de um mesmo tipo de mídia.

Assim como os meios de massa intrigaram o século XX (agora bastante estabilizados na práxis social e no acervo de conhecimentos), hoje são as redes sociais que nos questionam; superadas, porém, pela questão dos algoritmos e a IA. Em síntese, creio que ao dar atenção à efetiva diversidade dos processadores, a inscrição da midiatisação nesse conjunto mais amplo (caracterizando-a com base nesse conceito) não restringe em modo algum a percepção dos vínculos entre midiatisação e processos sociais. Talvez, inversamente, favoreça a percepção da dupla direção entre esses processadores e o processo social elementar e abrangente que são as interações sociais em sua extraordinária diversidade na práxis social.

M.C., J.F. & G.O.: Em interlocuções com perspectivas do Norte (Braga, 2015; 2017), discute criticamente, em perspectiva construtivista, proposições da corrente institucional sobre midiatisação. Considerando agora sua ênfase em processadores (Braga, 2023), não há o risco de o enfoque perder de vista processos sociais transformadores, ao concentrar a atenção nas lógicas do próprio processador? Processadores se inscrevem em lógicas institucionais ou são independentes destas?

J.L.B.: Efetivamente, se a atenção se concentra somente nas lógicas próprias dos processadores, estaremos fazendo apenas uma troca de palavras. Seria



como enfatizar as lógicas das mídias, esquecendo as lógicas da midiática –o que critiquei nos dois artigos antes referidos.

A questão básica, aqui, é a do âmbito das transformações a que se dá atenção: se nos concentramos nas estruturas ou nos processos. Perspectivas institucionalistas privilegiam as estruturas e as regularidades sistêmicas instituídas. Dão insuficiente atenção aos processos de fundo e suas dinâmicas. Na observação de processadores estabilizados (instituídos) correm o mesmo risco, pois em vez de observar a variedade de processamentos ocorrentes fazem concentrar a atenção apenas nas lógicas predominantes do processador observado. Ao constatar transformações na regularidade sistêmica nos fenômenos sociais observados, uma perspectiva institucional concentra a atenção em relações de causa e efeito para explicar as mudanças constatadas. Busca sobretudo os elementos estranhos que levam a incidências modificadoras da estabilidade anterior. No caso dos estudos da comunicação, estes elementos correspondem, desde o século XX, à entrada em cena dos meios tecnológicos assim como das organizações especializadas em produção e distribuição midiática.

Naturalmente, não pretendo descartar as relações ativas que tenham incidência a partir das mídias em direção aos demais processos sociais –é claro que mudanças e transformações decorrem dessa entrada em cena– e devem ser pesquisadas. Entretanto, além de observar a ação das mídias sobre as demais instituições, um estudo comunicacional deve dar atenção especial às processualidades interacionais em constante atividade, buscando perceber, mais que o instituído, os processos instituintes e continuamente modificadores do já estabelecido. Isso implica –para além de dar atenção a estruturas e a regularidades sistêmicas e destacar causas que explicam efeitos– realizar um trabalho adicional para perceber processos de variação e seleção nas situações interacionais em que ocorram.

Tratando-se da interação humana, é relevante dar atenção não apenas aos processadores midiáticos, mas a todos os processadores que componham a situação interacional em observação, não esquecendo que estes são instrumentos da interação. Agem sobre esta, é claro, mas não a determinam nem são a sua causa. Importa observar os gestos comunicacionais, suas dinâmicas específicas e o que fazem na situação. A observação dos processos (e seus encaminhamentos) deve se distribuir entre os diversos elementos em ação, dar atenção aos diferentes processos modificadores e às ações específicas que levam a diversas camadas de transformação.

A expressão abrangente “processadores” mostra que a importância destes elementos é o sentido complexo da ação *de processamento*. Damos atenção plena ao aspecto dinâmico da comunicação humana em suas interações, sublinhando as incidências de dupla direção entre os processadores e seu acionamento social. Nós nos comunicamos para interagir, para agir em comum, articulando as singularidades pessoais e sociais dos participantes. Os

processadores viabilizam essa articulação, atendendo a necessidades derivadas de urgências e projetos.

Trata-se de observar as especificidades desse processo –de que uma parte importante está certamente contida nas funcionalidades e lógicas do processador, no que este permite fazer. Mas os participantes acionam (e desenvolvem) os processadores que lhes pareçam mais adequados, e o fazem conforme as situações de interação.

Uma inferência de senso comum parece ser: “comunicação é aquilo que se faz a partir da linguagem”. Mas na direção inversa, o acionamento de processos comunicacionais também incide sobre o desenho dos processadores: são as dinâmicas transformadoras do uso. O processador permanece em uso ativo nos mais diversos contextos, não apenas viabilizando as interações aí ocorrentes, mas recebendo as incidências das especificidades variadas do contexto e das tentativas de ação sobre o contexto, em novas urgências e projetos, gerando por sua vez novas táticas interacionais. Devemos então dizer, com mais precisão, que “linguagem é aquilo que se cria e se desenvolve a partir da comunicação humana”. Ao lado das *dinâmicas de uso* dos processadores, é importante dar atenção à própria criação e ao desenvolvimento constante dos processadores. Estes resultam diretamente de objetivos comunicacionais. Diante de necessidades interacionais, os participantes buscam caminhos de realização.

A demonstração mais clara desse processo é a criação de linguagens gestuais entre pessoas surdas. A obra *Seeing Voices: A Journey into the World of the Deaf*, de Oliver Sacks (2000), mostra a reiterada situação de jovens surdos sem língua de sinais que, ao encontrar outros jovens em condições semelhantes, passam, em sua ânsia de interação, a inventar, em conjunto, uma língua de sinais. Provavelmente é por um impulso similar que a espécie humana, em suas origens, começou a utilizar sinais sonoros para se comunicar e assim criaram linguagens orais –que continuam se desenvolvendo continuamente.

Fica evidente, aí, a geração comunicacional de processos interacionais –pelo trabalho comunicacional diante da própria necessidade de interagir. Esses processos acabam se desenvolvendo, por sua regularidade e estabilização de uso, em processadores. E aqui, o que observamos é uma conjugação do que inicialmente referimos como aspecto dinâmico duplo. A necessidade de interação leva à geração de processadores pela invenção social de processos. Estes, passando a ser reiterados, se desenvolvem, geram táticas e lógicas próprias –desenvolvidas pelo próprio uso– e se estabilizam, tornando-se socialmente disponíveis para favorecer a comunicação. Esse processo de transformações é, portanto, mais complexo e mais adequado como descrição da práxis interacional do que enfatizar relações unidirecionais de recorte causal.

O estudo de processadores interacionais deve ser entendido nessa perspectiva e por suas dinâmicas. Os processos de mediação –como parte do conjunto geral de processadores– mantêm seu interesse específico. Particularmente

enquanto não tenham obtido uma certa estabilidade em modos de acionamento produtivos; e diante da frequência de usos desviantes ou arriscados, ainda não inteiramente compreendidos. Mas não há motivo para isolá-los dos demais processadores tradicionalmente conhecidos.

Podemos agora refletir sobre o ângulo final da questão: os processadores se inscrevem em lógicas institucionais ou são independentes destas? Penso que processadores longamente estabilizados assumem efetivamente uma característica institucional. Vincent Descombes (1996) afirma que a linguagem é uma instituição. Sim, mas o que caracteriza esse tipo especial de instituição é sua potencialidade de ação diversificada –é movente e mutante. Sua flexibilidade permite fazer arte e fazer ciência. Reiterar tradições e gerar continuamente o novo, o ainda impensado. É por isso que os processadores interacionais são o instrumento mais relevante para a comunicação humana. Fazem parte do processo instituinte das instituições que os elaboram em seu ambiente –com flexibilidade de revisão para se ajustar às interações que a sociedade busca e exerce.

M.C., J.F. & G.O.: Distintos autores destacam que os estudos em midiática abrangem diversos níveis possíveis de análise (micro, meso, macro e meta-análise). Muitos consideram que o foco de seus estudos é a microanálise. Se concorda com essa percepção, como pensar especialmente questões macrossociais a partir da microanálise? A diferenciação de níveis de análise é uma categorização da pesquisa ou dos processos relacionados ao fenômeno?

J.L.B.: Em alguns momentos, efetivamente, tenho observado questões comunicacionais a partir de um nível microssocial –gosto de estudos de caso, sobretudo pela concretude do observável. Entretanto, não creio poder afirmar que meu foco de estudos seja exatamente este. Primeiro, porque não restrinjo estudos e publicações estritamente a esse nível. Além disso, no âmbito mesmo de um estudo micro, quando o faço, tenho sempre objetivos que buscam ultrapassar o caso singular. Minha tese de doutoramento, nos anos 80, tinha esse perfil de estudo de caso, mas já incluindo relações com o contexto: *No Pasquim e os anos 70. Mais pra Epa Que pra Oba* (Braga, 1991), trabalho essa relação entre o jornal e o momento histórico. Em um dos capítulos finais, “O percurso no contexto”, o caso se correlaciona com a vigência do regime militar, que aliás também frequente, inevitavelmente, o dia a dia do jornal.

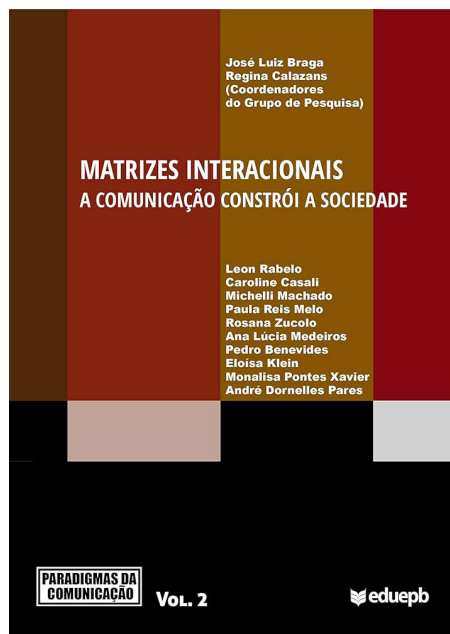
Depois disso, publiquei algumas coisas com enfoque direcionado a situações singulares (análise de filmes, crítica midiática). O livro *A sociedade enfrenta sua mídia* (Braga, 2006) é uma coleção de dez estudos de caso de crítica midiática. Mas essa parte é precedida por três capítulos que propõem a hipótese prospectiva de um terceiro sistema –“de resposta social”– decididamente comunicacional, em contraposição ao dualismo “mídia emissora de mensagens”

e “sociedade recebedora”. Os dez casos são, então, exemplos de dispositivos sociais de crítica midiática –o que me permite realizar, nas conclusões, uma análise transversal, assim como uma discussão crítico-praxiológica sobre o estado desse “sistema de resposta”. Creio que isso situa meu estudo em uma vinculação entre o micro e o macro. No nível meso, tenho também um artigo relativamente recente sobre teorias intermediárias, em que defendo sua relevância para o desenvolvimento do campo de conhecimento em comunicação.

Mais recentemente, justamente nos artigos de minha pesquisa atual, desde 2022, trabalho decididamente no nível macro (Braga 2022a; 2022b). Com uma preocupação de ordem epistemológica, de rastrear a identidade do campo do conhecimento em comunicação, proponho, com visada evolucionista, uma perspectiva abrangente sobre esse conhecimento – a partir da ideia de comunicação como trabalho da diversidade.

Uma perspectiva abrangente não deve absolutamente ser confundida com uma proposta de “teoria geral da comunicação”. Uma teoria geral (de que não precisamos) tenderia a “definir” nosso objeto de conhecimento, com base em uma essência ontológica. Muito diversamente, uma perspectiva abrangente se volta para um objetivo heurístico: no caso, buscando apreender os variados ângulos pelos quais a comunicação vem sendo estudada e enfrentando o problema da dispersão entre esses ângulos. Trata-se, então, de encontrar a perspectiva que reúna tais ângulos, sem tolher sua diversidade. Uma vez que perspectivas heurísticas, mesmo abrangentes, podem ser plurais, é preciso buscar, em convivência, testar suas possibilidades heurísticas.

Como se percebe, a entrada pelo nível macro não exclui, aqui, o interesse pelo nível micro – bem ao contrário, implica obter diferentes articulações entre os níveis. Também nesse nível abrangente, no debate e trabalho articulado na Universidade Federal de Goiás (UFG) com o Prof. Luiz Signates, refletimos sobre a questão da exogenia do campo, de que Signates faz um diagnóstico preciso, relacionando também a dispersão, como problema abrangente a ser enfrentado pelo conhecimento comunicacional. Observo ainda que construções heurísticas não são prioritariamente relacionadas a um só nível de observação e de inferências. Tanto o trabalho indiciário (que parte de indícios concretamente presentes em uma situação), como uma perspectiva abrangente (que



JANEIRO - JUNHO 2026

I INMEDIACIONES

começa pelo desenho de um horizonte epistemológico), pedem um trabalho inferencial abduutivo. E podem fornecer estimulação heurística, favorecendo descobertas em uma pesquisa.

Na verdade, se assumimos uma dialética entre “a parte e o todo”, percebemos que as abordagens heurísticas estimulam a integração, o que ajuda a esclarecer a questão final da pergunta sobre a diferenciação dos níveis de análise que se situa no próprio gesto da pesquisa ou na realidade do fenômeno observado. Certamente, a escolha de um dos níveis pode ser uma decisão de pesquisa – pela simples preferência do pesquisador, ao decidir seus observáveis e ao estabelecer suas perguntas. E aqui, trata-se apenas de decidir o alcance pretendido pela pesquisa nas condições de sua realização (inclusive em termos de tempo, recursos e acesso observacional).

Por outro lado, e mormente se estudamos questões complexas –como é o caso da midiática, dos processadores e da interação, em termos comunicacionais– devemos reconhecer que os processos relacionados ao fenômeno se desdobram em diferentes níveis de complexidade e abrangência. Nesse caso, a dialética entre “o todo e as partes” passa a ser uma solicitação da realidade a observar e a esclarecer. Como assinala Lucien Goldmann (1970), a constituição mútua entre “o todo e as partes” faz o conhecimento de cada nível depender dos outros níveis. Qualquer que seja o nível pelo qual se inicie a pesquisa, o conhecimento deste nível será lacunar. Entretanto, levando esse conhecimento parcial para a observação do outro extremo da dimensão entre micro e macro (entre “a parte e o todo”), essa primeira aproximação permite já algumas descobertas inferenciais. Trazendo essas de volta ao polo inicial, teremos novas descobertas em adição ao que tínhamos no ponto de partida. E assim sucessivamente –acabando por compor uma percepção correspondente à complexidade do objeto. Melhor então não fechar o foco exclusivo em um só nível. Naturalmente, é preciso definir o que será nosso “todo”; e perceber o que deve ser tomado como “partes” significativas. Mas o próprio método de abordagem em ida-e-volta ajuda a perceber o que cabe na circunscrição necessária. Sendo sempre possível, em pesquisas posteriores, expandir e aprofundar.

M.C., J.F. & G.O.: Vivemos uma situação de crise da democracia e das instituições que a cercam (sistema jurídico, político, educacional etc.). Alguns autores vinculam isso a uma hegemonia das corporações que dominam os meios –as redes digitais, a IA, os algoritmos e as plataformas. Como seus estudos atuais abordam essa crise?

J.L.B.: Certamente as corporações que dominam as redes digitais, as plataformas, os algoritmos e a IA têm uma parcela muito significativa de responsabilidade na crise da democracia e de suas instituições. Mas o que devemos evitar (na sequência mesmo das questões anteriores desta entrevista e de nossa reflexão) é a adoção de respostas unidirecionais de explicação causal simples.

Assim, essa macro questão da crise transversal aos diferentes sistemas –jurídico, político, educacional, cultural e de diversos campos profissionais– exige não só uma ampliação do horizonte epistemológico de entendimento, mas também a percepção de composições entre diferentes linhas de força.

Um primeiro nível, mais evidente, é justamente esse da midiáticação. Atribuir uma causalidade simples e direta às corporações não autoriza esquecer a participação de um grande número de usuários que –se aproveitando das funcionalidades tecnológicas das redes digitais– se puseram a fazer circular *fake news* voltadas para o aliciamento de pessoas enganadas, formando massa de manobra para a chegada ao poder, como uma onda de assalto fascista, por políticos de extrema direita em muitos países do mundo (inclusive o nosso, Brasil, em 2019). Esse é um caso evidente de que não basta enfatizar as lógicas das mídias e corporações. Usuários “comuns” também se colocam como participantes diretos e direcionadores dos sentidos –no caso, em direção ao desmonte institucional, embora sem nenhum projeto senão o próprio desmonte– como se daí surgisse algo novo. Mas até aqui, estamos ainda no conjunto mais evidente: corporações, com mais funcionalidades tecnológicas que, liberadas de regulações, autorizam as piores dinâmicas da sociedade. Ampliando o quadro, podemos listar todo um conjunto de fatores que concorrem para a crise institucional.

Primeiro, vale a pena sublinhar que as lógicas operacionais no âmbito das mídias (e da midiáticação nos processos sociais) envolvem um aspecto de internacionalização, dado o processo sem fronteiras possíveis, característico da Internet. Isso gera, já, uma dificuldade adicional, de ordem jurídica (e, portanto, fazendo espalhar distorções ao *estado de direito* em que nossas instituições se estabilizam). O direito internacional é o âmbito menos desenvolvido e estruturado da práxis e da normatividade jurídica, dependendo de tratados, convênios e de seu acolhimento no sistema legislativo dos países, e ainda de reinterpretações de nível estatal. Junto com essa questão, há uma perda da estruturação antes mais estável dos negócios entre países, no comércio internacional, alimentada pela própria crise.

Também no nível internacional, em meados do século XX (embora menos dependente das questões de midiáticação, com o fim, ou quase, da colonização de ocupação), desenvolve-se e cresce o deslocamento intenso de populações em termos de migração –gerando reações nacionalistas de direita, assim como restrições impostas aos direitos humanos– em um período em que estes vinham se tornando uma necessidade e uma exigência ética e institucional.

Paralelamente, há uma crise climática e ambiental, com sérios riscos para a natureza pela ação humana exploratória e poluidora. É mais uma questão de ordem internacional –com as dificuldades deste âmbito somando-se às tensões internas nos diferentes países– pois implica tanto uma necessidade de redirecionamento de atividades como uma forte resistência a isto, com criação

de conflitos políticos, por parte dos setores beneficiários da exploração incontrolada da natureza. Em acréscimo à globalização econômica, às migrações, e à instrumentalização das decisões políticas em determinados usos das redes digitais, constatamos invasões mútuas entre a esfera pública e a esfera privada, gerando um largo espaço de indefinições e de riscos que não aprendemos ainda a organizar – e que se torna por isso mesmo uma zona de experiências não controladas e imprevisíveis em suas consequências.

Parece-me que tudo isso está correlacionado com a crise institucional da qual a primeira vítima é a democracia. Observe-se que não disse que tais processos seriam a causa da crise – mas que estão correlacionados com esta. Isso porque, como em todos os processos de transformação do ambiente social (positivos ou negativos), é difícil não só indicar causas lineares, mas também distinguir o que é causa e o que é efeito, dado que processos diversos podem se reforçar mutuamente. Entendemos ocorrer, antes, um processo geral de variação/seleção – em que cada elemento ativo que se possa distinguir (como aqueles que mencionei acima) apresenta alguns aspectos de variação (que serão ou não selecionados pelos demais componentes); todos exercendo gestos incidentes e gestos seletivos. Uma epistemologia caracterizada como evolutiva permite destacar essa complexidade maior dos processos de variação/seleção no ambiente social. Os participantes sociais, com suas urgências e projetos, participam tanto das variações como das seleções.

Acrescento, para as lógicas da práxis comunicacional na sociedade, que as interações humanas funcionam, além disso, em uma dialética de transformações e tentativas de estabilização em acionamento mútuo (Braga, 2022). O que temos agora, na situação de crise referida, é uma circunstância (preocupante) em que a estabilidade (sempre provisória) das instituições, tal como desenvolvida até a segunda metade do século XX, se desfaz – com as características assinaladas na pergunta – exigindo um intenso e diversificado processo de revisão e experimentação interacional, para repensar o trabalho comunicacional de articulações da diversidade, nas condições atuais – com o objetivo de enfrentar a crise e buscar novas estabilidades, visando processos democráticos, éticos e civilizacionais de recuperação superadora das condições anteriores e atuais.

Observe-se que, nessa dialética, a estabilidade não significa paz nem estado de equilíbrio ético e civilizacional. Significa apenas que os dispositivos de poder asseguram um “preenchimento estratégico” para manter suas principais estruturas em vigência. As transformações em período de estabilidade são tarefas de manutenção e ajuste perante as variações sempre trazidas pelos participantes sociais, com seus projetos. Quando a estrutura, diante de suas contradições, não consegue fazer seleções mantenedoras é que se instalam as crises. A questão comunicacional que se coloca nesse ponto é a da produção (invenção social, de que todos podemos participar) de novas articulações que atendam urgências

e projetos que as estruturas estáveis não atendiam. É nesse interregno que nos encontramos.

M.C., J.F. & G.O.: Por fim, gostaríamos de ouvir as suas reflexões sobre os processos de mediação contemporânea e os temas que ela abrange e que estiveram presentes na elaboração desta edição da revista *InMediaciones de la Comunicación*.

J.L.B.: A lista de eixos e questões que compõem a convocatória deste dossiê abrange uma ampla área de possibilidades reflexivas e de investigação, tanto no âmbito social como no comunicacional. Os principais articuladores do conjunto são duas palavras-chave – mediação e circulação –, o que já cria um segmento importante no horizonte imenso do campo comunicacional.

Acho importante perceber que outras palavras mostram uma consideração complementar em torno destas duas palavras-chave. Algumas apontam focos específicos, no campo mesmo das duas expressões nucleares, focos que solicitam uma atenção especial dentro da sua abrangência: IA, algoritmos, agentes, ângulos de análise, impactos, processos. Outras, diversamente, abrem para o espaço externo ao conjunto central, fazendo ver sinapses entre este e questões mais abrangentes, em que mediação e circulação podem se inscrever, como transformações, campos sociais, identidades, movimentos sociais, ações políticas, interações. Creio que, de certa forma, alguns aspectos de minhas respostas às perguntas anteriores perpassam algumas dessas diversas palavras articuladoras. Outras não tiveram a oportunidade de ser abordadas, mas certamente poderão surgir em conversas futuras.

Tentei, por alguns momentos, imaginar uma estrutura temática em que eu poderia organizar essa reflexão e esses estudos (ou pensar uma pesquisa que tentasse essa abrangência). Apenas como exercício de ideias, improvisei uma organização em quatro macrotemas. Seriam os seguintes: 1) Análises da circulação vs. análises de mediação. Características da circulação contemporânea (mapear?). Impactos da mediação e impactos da circulação. 2) Processos desencadeados pelos novos recursos. Produção de textos, imagens, música – em diversas áreas socioculturais. IA. Crise da inteligência. 3) Diversidade de agentes, humanos e não humanos. Tipos de agência (e de atores). Relações entre atores (e suas agências). 4) Processos que caracterizam a sociedade contemporânea. Movimentos sociais, ações políticas. Reações mútuas entre processos. Crises. Transformações.

Certamente, poderíamos pensar em outras estruturas. O exercício serve apenas para destacar a complexidade e o alcance das questões quando se pensa em *comunicação*. Mas é claro que uma revista como *InMediaciones de la Comunicación* não pretende que o convite à apresentação de artigos seja respondido em bloco; trata-se antes, sabiamente, de oferecer uma abertura de alternativas em que cada foco seja o ponto de partida para uma reflexão, para tratamento

de um observável, de uma descrição, de um resultado de pesquisa que possa iluminar uma das inúmeras questões que vão compondo, nos estudos da comunicação, um panorama de descobertas e construindo relações mútuas entre perspectivas diversas.

Ao mesmo tempo, aprecio muito outro aspecto da convocatória e do que esta entrevista implicou, pelo que estou muito grato. Isso me levou a pensar na minha pesquisa, que está atualmente em andamento, e na busca de uma perspectiva integral na qual seja possível alcançar a diversidade de processos que caracterizam a comunicação na prática social e que envolve situações interacionais, pelo seu potencial para articular tais processos. Cada situação interacional empírica é singular e diversa das demais: deve ser descoberta por suas características próprias, em termos de urgências, projetos, objetivos, estratégias, participantes e contextos (não podendo ser explicada apenas por categorias gerais em que se encaixaria). Por isso mesmo, deve ser esquadrinhada em sua complexidade, no conjunto de fatores próprios que não devem passar despercebidos.

REFERÊNCIAS

- Arendt, H. (2018). *The Human Condition*. The University of Chicago Press.
- Braga, J. L. (1991). *O Pasquim e os anos 70. Mais pra Epa Que pra Oba*. UnB.
- Braga, J. L. (2006). *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo.
- Braga, J. L. (2007). Midiatização como processo interacional de referência. Em Médola, A. S., Araújo, D. & Bruno, F. (orgs.), *Imagem, Visibilidade e Cultura Mediática* (pp. 62-77). Editora Sulina.
- Braga, J. L. (2011). Constituição do Campo da Comunicação. *Verso e Reverso*, 25(58), 62-77. <https://doi.org/10.4013/924>
- Braga, J. L. (2015). Lógicas da mídia, lógicas da midiatização? Em Fausto Neto, A., Anselmino, N. R. & Gindin, I. L. (orgs.), *Relatos de investigaciones sobre mediatizaciones* (pp. 15-32). UNR Editora.
- Braga, J. L. (2017). Instituições & midiatização. Um olhar comunicacional. Em Ferreira, J., Rosa, A. P., Fausto, A., Braga, J. L. & Gomes, P. G. (orgs.), *Entre o que se diz e o que se pensa- onde está a midiatização?* (pp. 291-311). FACOS-UFMS.
- Braga, J. L. (2022a). Epistemologia evolutiva? Uma heurística para a comunicação. *Galáxia*, 47, e58887.
- Braga, J. L. (2022b). Comunicação como trabalho da diversidade. *Matrizes*, 16, 87-104.

Braga, J. L. (2023). O desafio da interação humana e os processadores comunicacionais. *E-Compós*, 26, 1-17.

Descombes, V. (1996). *Les institutions du sens*. Les Éditions de Minuit.

Goldmann, L. (1970). *Dialética e cultura*. Paz e Terra.

Sacks, O. (2000). *Seeing Voices: A Journey into the World of the Deaf*. Vintage Books.

* Nota: o Comitê Editorial da revista aprovou a publicação da entrevista.



Artigo publicado em acesso aberto sob a Licença Creative Commons - Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

José Luiz Braga. Doutor em Comunicação pela Université Paris II Panthéon-Assas (França). Mestre em Educação pela Florida State University (Estados Unidos). Presidente, entre 1993 e 1995, da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Brasil). Professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás (Brasil) e Professor Emérito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Brasil). Foi professor na Universidade Federal da Paraíba (Brasil) e na Universidade de Brasília (Brasil). Sua produção acadêmica inclui a publicação de livros e inúmeros artigos acadêmicos em revistas de diversas partes do mundo.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3742-1119>